

## ANEXO I

### JUSTIFICATIVAS

**Finalidade:** este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade dos equipamentos a serem adquiridos, previstos no Termo de Referência e que aqui após relacionadas passam a integrar o TR.

#### **Justificativas:**

##### **Da necessidade da contratação**

O fornecimento de equipamentos, como máquinas, equipamentos e materiais, é de fundamental importância para o desenvolvimento das atividades de aquicultura e pesca artesanal realizadas no âmbito da agricultura familiar, pois aumenta a produtividade da mão de obra labutante, assim como das ações piscícolas, a eficiência no uso dos materiais de alimentação animal e, conseqüentemente, o melhor desempenho da ação laboral e econômica das famílias beneficiadas.

Justifica as razões de interesse público, pois é extremamente necessária a contratação dos fornecimentos objeto do presente Termo de Referência. As políticas públicas voltadas para a solução das carências do semiárido nordestino, apesar de terem proporcionado alguns progressos, ainda não conseguiram melhorar substancialmente os indicadores sociais da região, que se situam entre os mais baixos do país. Contudo, é possível dizer que hoje há um consenso entre políticos e administradores, partilhado por grande parte da população brasileira, quanto à urgência da adoção de medidas capazes de melhorar a qualidade de vida da população da região e de reduzir a escassez de estrutura principalmente das comunidades rurais difusas do semiárido.

Portanto, a estruturação de atividades ligadas à aquicultura e pesca constitui-se como uma estratégia de desenvolvimento que envolve aspectos socioeconômicos, culturais e ambientais. Assim, pelo seu significativo valor social e econômico, percebe-se a grande importância que é a aquisição de máquinas, materiais e equipamentos aquícolas para atendimento às demandas das comunidades rurais.

Com o objetivo de proporcionar a melhoria das condições estruturais e técnicas para o desenvolvimento de atividades de aquicultura e pesca, numa perspectiva de segurança alimentar e de melhoria da qualidade de vida dos agricultores e suas famílias, faz-se necessária a aplicação de recursos públicos para aquisição dos itens descritos neste edital.

##### **Da adoção pelo uso do PREGÃO ELETRÔNICO:**

A modalidade de licitação é Pregão Eletrônico, considerando que se trata de **bens comuns**, pois são bens que são facilmente encontrados à pronta entrega em lojas do ramo no mercado e sua adoção visa ampliar a eficiência na competitividade entre os licitantes, assegurar o tratamento isonômico, buscar maior simplificação, celeridade, transparência e eficiência nos procedimentos para dispêndio de recursos públicos e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública.

##### **Da adoção SRP (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS):**

Consoante com o art. 3º, inciso I, do Decreto 7.892/2013 (*“I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes”*); a aplicação do “Sistema de Registro de Preços” neste procedimento, foi determinada pela necessidade regular de aquisição do bem especificado neste instrumento, tendo em vista o aprimoramento da infraestrutura produtiva dos municípios inseridos na área de atuação da 3ª Superintendência Regional da Codevasf. O presente processo atende plenamente aos incisos I e IV do artigo 3º do Decreto 7.892/2013, o qual versa sobre as hipóteses para a adoção de um Sistema de Registro de Preços.

##### **Da admissão de adesão dos Órgãos Não Participantes (carona):**

**Sim** – Justifica-se pela economicidade, tendo em vista que os preços unitários tendem a ser menores quando se permite a carona devido ao ganho em escala nas aquisições, além de que são itens comumente adquiridos pelos órgãos públicos, inclusive pelas Superintendências Regionais da Codevasf, proporcionando enorme celeridade e vantajosidade para as entidades da administração pública. Diferentemente da Admissão de Órgão Participante, a Admissão de Adesão dos órgãos não participantes (carona) só é realizada após a conclusão do certame, não há, nesse caso, prejuízos quanto ao alcance do término

---

deste antes do fim do exercício fiscal de 2022; e que não há necessidade de muitos tramites burocráticos para permissão de procedimentos de adesão, posiciona-se como possível a realização desta opção administrativa. Essa diferença em termos de exigências legais, administrativas e burocráticas viabiliza a participação de outras empresas neste certame através de “carona” e inviabiliza a participação destas na modalidade “admissão”, principalmente por conta dos prazos necessários.

**Do Modo de Disputa:** estipulou-se, no item 3.2 do Termo de Referência, o modo de disputa do tipo aberto com intervalo mínimo de diferença entre os lances de 0,5 %. Considera-se que os intervalos nessas proporções estão razoáveis e permitem a plena competição entre os licitantes.

**Da Qualificação Técnica:** No Termo de Referência, item 9.1.1.2, há exigência dentre os participantes, da comprovação de qualificação técnica através de apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica com quantitativos mínimos de 30% (trinta por cento) do contingente total para cada item a ser licitado. Entende-se que essa proporção é razoável, pois não é alta o suficiente para restringir a ampla concorrência entre as empresas fornecedoras, muito menos baixa o suficiente para permitir a participação de empresas com baixa capacidade de fornecimento. Além disso, essa proporção está em consonância com o Acórdão do TCU 2696/2019, o qual esclarece que é irregular a exigência desse tipo de atestado com quantitativo mínimo superior a 50% (cinquenta por cento), exceto se houver justificativa técnica plausível.

**Da Qualificação Econômico/Financeira:** Há exigência, conforme orientação legal, de que haja contratação de empresas fornecedoras de materiais que apresentem comprovação de qualificação econômico/financeira. Neste caso, as empresas licitantes vencedoras deverão apresentar capital social mínimo de 10% (dez por cento) do valor orçado pela CODEVASF no item da licitação que concorrerem, não sendo de forma acumulativa. Busca-se, com essa exigência, a contratação de empresas que possuam saúde financeira suficiente para garantir que os fornecimentos contratados sejam cumpridos. No entanto, esse índice é suficiente também para garantir uma ampla concorrência entre as empresas, não provocando restrição que venha a inviabilizar o certame.

**Cota de Preferência ME e EPP:** Sobre a razão pela qual a 3ª/SR decidiu utilizar somente 10% dos 25% de cota de preferência para micro (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto 8.538 de 6/10/2015, justifica-se esta ação levando-se em consideração o princípio da economicidade, muito praticado na administração pública.

**Exclusividade para ME e EPP:** Em atendimento ao disposto no Art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, o qual estabelece que os itens cuja contratação possuam valor inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) devem ser destinados à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte.

**Condições de participação de empresa estrangeira:** Será permitida a participação de empresas estrangeiras, desde que tenham representação legal no Brasil, com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente, e que atendam ao disposto no Código Civil Brasileiro.

**Garantia de Execução:** não será exigida garantia de execução, visto que os bens a serem adquiridos são classificados como comuns, de entrega imediata e com pagamento posterior à entrega.

**Permite Participação de Consórcios e Sociedades Cooperativas:** Não. A logística necessária para cumprimento do objeto não exige o envolvimento de empresas com diferentes especialidades, sendo conseqüentemente não necessária a formação de consórcios. Em relação a não participação de Sociedades Cooperativas enfatizamos que a licitação será de aquisição de itens específicos, ou seja, mero fornecimento de máquinas, veículos e equipamentos, não existindo o fornecimento de serviços e mão de obra. Isso proporciona maior disponibilidade de empresas e competitividade entre as empresas, fato benéfico para a administração pública.

**Permite Subcontratação:** Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto desta licitação, já que este é mero fornecimento, a logística para entrega dos itens propostos envolve o fornecimento de bens comuns, foram agrupados em lotes específicos, o que não exige o envolvimento de especialidades muito diferentes entre si para a execução.

**Da validade da Ata de Registro de Preços:** O artigo 12, caput, do Decreto Federal nº 7.892/2013 estipulou que a ata de registro de preços não poderá ter duração superior a doze meses, computadas as possíveis prorrogações, conforme estabelece a própria Lei nº 8.666/1993. No entanto, o prazo de validade para Ata de Registro de Preços estabelecido no Termo de Referência para aquisição de equipamentos, materiais e insumos através deste processo administrativo é de 12 (doze) meses. Esse fato se dá em razão de dois fatores. O primeiro é que o fim da vigência das atas ocorrerá no início do ano de 2023, época em que praticamente não há disponibilidade de recursos orçamentários para aquisição de bens; o segundo é que a inflação no momento atual é considerada alta, o que promove o aumento constante dos preços licitados e inviabiliza a entrega de materiais em longos períodos.

**Critério de Julgamento:** Menor preço.

**Valor estimado:** Público - Conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU, nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 3.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.

**Garantia do Objeto:** A garantia do objeto deverá obedecer ao prazo de 12 (doze) meses ou superior, contados a partir da data da entrega técnica dos itens, para os equipamentos que envolvem o uso de motorização ou são considerados bens permanentes. No entanto, a entrega destes deve seguir rigorosamente com as condições impostas no Termo de Referência e seus anexos.

**Da não Intenção de Registro de Preços (IRP):** Em decorrência das dificuldades operacionais e logísticas, a CODEVASF usufruirá o direito facultado no Art. 4º, § 1º do 7.892/2013 e do Decreto nº 8.250/2014, ponderando pela dispensa da divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP).

**Responsável pelas informações:**

Felipe Eduardo Soares de Andrade  
Analista em Desenvolvimento Regional  
Chefe da 3ª/GRR/UDT

**De Acordo:**

GILDEMAR DE OLIVEIRA SANTOS  
Analista em Desenvolvimento RegionalGerente da 3ª/GRR

---